

Invasão de área comercial ganha projeto alternativo

A Associação Comercial do Distrito Federal vai apresentar, na próxima semana, uma proposta ao governo para a questão das áreas públicas ocupadas irregularmente por estabelecimentos comerciais na Asa Sul. Apesar de diferente, o projeto não chega a se chocar com a lei complementar que o governo está preparando e que, a convite do governador Cristovam Buarque, deve ser discutida publicamente. A grande diferença fica por conta do tempo que os comerciantes podem ocupar a área.

Na minuta da lei complementar, que já está pronta, fica estipulado que os contratos e atos administrativos serão divididos em quatro categorias, com vigências que variam de 30 a um ano. Já na proposta da associação a idéia é se promover arrendamento dessas áreas a longo prazo, ou mesmo vendê-las, já que também faz parte do projeto a construção uniforme de edificações. "A nossa proposta prevê que os comerciantes que já tenham construído derrubem as construções para que todo mundo partilhe do mesmo projeto arquitetônico", explicou o vice-presidente da associação,

Lindberg Cury.

Segundo ele, já existe consenso entre os comerciantes em relação à proposta e mesmo no que diz respeito à derrubada. "Essas pessoas construíram em caráter provisório porque sabiam que não era legal. Além disso, estes locais estão ameaçados de demolição mesmo", disse Lindberg. Ele acrescenta que este projeto arquitetônico unificado já começou a ser elaborado por arquitetos. "A intenção é criar um visual harmônico e disciplinado em que todas as lojas sejam iguais, evitando que cada um construa de um jeito", declarou o vice-presidente.

Revitalização — Além de revitalizar Brasília, Lindberg defende que a proposta irá gerar empregos para o DF. "Somente para a construção serão 22 tipos de profissionais envolvidos, além do próprio comércio que, com a expansão, precisará de mais mão-de-obra", afirma. Na opinião do vice-presidente da Associação Comercial, a proposta é vantajosa para o governo, que poderá aumentar sua arrecadação, e para o comerciante, que poderá ampliar sua atividade ou abrir outros negócios.

O valor a ser pago no arrendamento

ou compra da área, segundo o projeto, seria arbitrado pelo governo. "A proposta quer tirar a insegurança em que vive hoje o comerciante", ponderou o presidente da Associação Comercial, Josezito Nascimento. Lindberg lembra que o projeto contempla apenas a Asa Sul porque na Asa Norte não são expressivos os casos de ocupação irregular. "A Asa Norte surgiu depois da Asa Sul. Por isso, as distorções foram corrigidas e os comerciantes quase não enfrentam este problema", justificou.

Asa Sul — A situação hoje nas entrequadradas da Asa Sul, de acordo com Lindberg, não é das melhores. "As invasões são sempre na parte de trás da loja e são feitas sem nenhum critério e, às vezes, com muito mal gosto", declara. "Por outro lado, quando não tem a invasão, a área fica cheia de mendigos e assaltantes", acrescenta. Segundo ele, a partir de um levantamento grosseiro é possível dizer que das três mil lojas da Asa Sul, 10% invadiram áreas públicas e na maioria dos casos a metragem é de 3,5 metros de largura por 7 metros de comprimento.

JORNAL DE BRASÍLIA
01 FEVEREIRO 1995